

## POLÍTICA, QUALIDADE E TECNOLOGIA NO FOMENTO AO HÁBITO DE

### LEITURA

Fabiana Kitiane Carneiro<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0583-7155>

Tatiani Solanho Canêdo Calisto<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-7831-4566>

Melissa Banhuk Ribeiro<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-4368-5914>

Joel Haroldo Baade<sup>4</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-7353-6648>

Recebido em: 01 nov. 2021

Aceito em: 13 dez. 2021

**RESUMO:** A leitura pode ser considerada um elemento fundamental para a construção do conhecimento. Diferentemente do que afirma o senso comum, a leitura não é um elemento inato, mas hábito construído ao longo da trajetória de vida de cada sujeito. Com base especialmente, na teoria de Pierre Bourdieu sobre os *habiti*, este texto discute a construção do hábito de leitura, especialmente no contexto da educação, a partir de três aspectos: as políticas públicas, a questão da qualidade na educação e o papel das tecnologias digitais na questão proposta. Metodologicamente, a análise é teórica com base em pesquisa bibliográfica. Constata-se que a escola tem papel fundamental no fomento ao hábito de leitura. As políticas públicas têm importância vital, pois fornecem as diretrizes fundamentais do trabalho escolar. Também não é possível referir uma educação de qualidade que não fomente a leitura das crianças e adolescentes. Por fim, entende-se que as tecnologias digitais podem ser grandes aliadas para o fomento da leitura, mas o seu uso requer planejamento e utilização proficiente por parte dos professores.

**Palavras-chave:** *Habitus*. Fomento à leitura. Políticas públicas. Educação de qualidade. Tecnologias digitais.

### POLICY, QUALITY AND TECHNOLOGY IN PROMOTING THE READING HABIT

**ABSTRACT:** Reading can be considered a fundamental element for knowledge construction. Contrary to what common sense claims, reading is not an innate element, but a habit built throughout each subject's life trajectory. Based

<sup>1</sup> Docente da Educação Básica. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: [fabicarneiro7@gmail.com](mailto:fabicarneiro7@gmail.com).

<sup>2</sup> Docente da Educação Básica. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: [tatycanedo@yahoo.com.br](mailto:tatycanedo@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Docente da Educação Básica. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: [melissabanhuk@hotmail.com](mailto:melissabanhuk@hotmail.com).

<sup>4</sup> Doutor. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: [baadejoel@gmail.com](mailto:baadejoel@gmail.com). Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, Edital de Chamada Pública Fapesc Nº 15/2021 - Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação de Apoio aos Grupos de Pesquisa da Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE, Termo de Outorga Nº: 2021TR001152.

especialmente sobre a teoria de Pierre Bourdieu sobre o *habitus*, este texto discute a construção do hábito de leitura, especialmente no contexto da educação, sob três aspectos: políticas públicas, a questão da qualidade na educação e o papel das tecnologias digitais na questão proposta. Metodologicamente, a análise é teórica baseada em pesquisa bibliográfica. Parece que a escola tem um papel fundamental na promoção do hábito de leitura. Políticas públicas são vitais, pois fornecem diretrizes fundamentais para o trabalho escolar. Também não é possível referir-se a uma educação de qualidade que não incentive crianças e adolescentes a lerem. Finalmente, entende-se que as tecnologias digitais podem ser grandes aliadas para a promoção da leitura, mas seu uso requer planejamento e uso proficiente por parte dos professores.

**Palavras-chave:** *Habitus*. Promoção da leitura. Políticas públicas. Educação de qualidade. Tecnologias digitais.

## INTRODUÇÃO

A leitura está presente na vida do sujeito desde o início de sua caminhada escolar, onde aprende letras, palavras, sílabas e conseqüentemente dando continuidade ao processo surge a construção da leitura, um hábito característico e decorrente deste desenvolvimento na trajetória de cada ser. Assim como nos fala Damil, (2018) as crianças começam por discriminar letras, associando o som reproduzido na leitura a cada uma delas e posteriormente assimilando e construindo fonemas, palavras e proposições, até que a leitura se torna sucessiva. Ninguém nasce ou tem escrito em seu DNA o gosto pela leitura, mas ele pode ser entendido como um comportamento socialmente construído. O contexto sociocultural, portanto, é determinante para o seu desenvolvimento.

Com base especialmente, na teoria de Pierre Bourdieu sobre os *habitus*, este texto discute a construção do hábito de leitura, especialmente no contexto da educação, a partir de três aspectos: as políticas públicas, a questão da qualidade na educação e o papel das tecnologias digitais na questão proposta.

Quando se entende que a leitura é um comportamento socialmente construído e ele é fundamental para a construção do conhecimento, tem-se por conseqüência que, caso uma sociedade queira se desenvolver, precisa necessariamente investir em leitura. Nesse caso, as políticas públicas exercem papel crucial, pois é por meio delas que se define rumos em direção aos quais se pretende caminhar. Este é o primeiro ponto de abordagem do texto, constituindo uma análise das políticas públicas de fomento à leitura no contexto brasileiro.

Outra questão muito discutida no contexto da educação se refere à

problemática da qualidade. Partindo do pressuposto do lugar fundamental ocupado pela leitura para o desenvolvimento do sujeito de forma individual e para a sociedade em seu conjunto, entende-se que qualidade da educação e hábito de leitura são questões estreitamente relacionadas. Por isso, a temática é o segundo ponto de abordagem do texto aqui esboçado.

Não por último, reconhece-se o papel indiscutível das tecnologias digitais na educação atualmente. Especialmente no contexto de Pandemia da Covid-19, a tecnologia exerceu papel central para a continuidade das práticas educativas. Assim, também em relação ao hábito de leitura, a questão precisa ser discutida. As pessoas passam grande parte de seu tempo diante das telas digitais. Os recursos tecnológicos são uma realidade que não pode ser ignorada no contexto educacional. Por isso, esta realidade também precisa ser analisada em uma discussão sobre o fomento do hábito de leitura na escola. Este, assim, o terceiro e último ponto de abordagem do presente texto.

Metodologicamente, a análise é teórica com base em pesquisa bibliográfica. O texto tem mais finalidade exploratória e se apresenta em forma de ensaio, apontando questões consideradas fundamentais no problema proposto.

## **2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL**

Quando se analisa a educação brasileira, percebem-se falhas. Então, por meio de uma reflexão sobre a forma de agir, são procuradas soluções para sanar o que não está funcionando, desta forma surgem as políticas públicas, que são ações para minimizar e até extinguir os problemas existentes.

Em um olhar mais atento à questão da leitura, ela surge como um fator que necessita das políticas públicas de incentivo. “[...] dada a ainda a insuficiente qualidade da educação básica no Brasil, há necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para o incentivo à leitura” (MOREIRA, 2013, p. 14).

Sendo assim, uma vez que a escola pública é o ambiente onde as classes menos favorecidas têm maior acesso ao livro, logo existe a necessidade de serem criadas políticas públicas que se destinem ao ensino público, para que de fato amplie o acesso ao livro dentro e fora da escola.

Assim, ao longo dos anos foram surgindo políticas públicas que ajudaram a estabelecer a cultura da leitura. Inicialmente, em 1930, foi criado o Ministério da

Educação e da Cultura (MEC), porém as questões envolvendo o incentivo à leitura entraram em pauta a partir da década de 80.

Na década de [19]80, vários Estados e Municípios reestruturaram o ensino fundamental a partir das séries iniciais. Esse processo de reorganização, que tinha como objetivo político minimizar o problema da repetência e da evasão escolar, adotou como princípio norteador a flexibilização da seriação, o que abriria a possibilidade de o currículo ser trabalhado ao longo de um período de tempo maior e permitiria respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem que os alunos apresentam (MEC, 1997).

Mas para contar como a política pública de acesso ao livro cresceu, é necessário falar sobre o PNLD, que é o Programa Nacional do Livro e Material Didático – política pública de maior importância ainda em vigor no Brasil - investigando a sua história, de como surgiu, bem como da forma como funciona. Ressalta-se que concomitante a essa política surgiram outras e que essas são importantes a serem analisadas também.

O PNLD foi desenvolvido pelo governo federal para atender escolas públicas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O seu propósito é que alunos da educação básica tenham acesso gratuitamente a livros e materiais didáticos de qualidade.

Segundo o site do MEC, o PNLD tem o seguinte significado:

Desdobrando o significado da sigla PNLD, temos:

**P** – *programa*, por se tratar de um documento que expõe intenções governamentais;

**N** – *nacional*, por seu caráter de abrangência — todo o Brasil;

**L** – *livro (e do material)*, que são os materiais físicos e digitais distribuídos pelo programa;

**D** – *didático*, pela função educativa dos materiais. (BRASIL, 2021).

O que antecedeu o PNLD foi à criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1929, que tinha como objetivo a criação de leis envolvendo políticas educacionais do livro didático. Foi no ano de 1934 que o órgão iniciou os seus trabalhos.

Inicialmente o INL não sai do papel, apenas em 1934, com o atual ministro da Educação Gustavo Capanema, o governo coloca em prática algumas diretrizes, ligadas diretamente a formação cultural da população, construção da identidade de uma nação. Neste contexto os livros didáticos são utilizados como instrumentos para a constituição de pertencimento a uma nacionalidade. Corroborando com a formação do habitus do cidadão. Em meados dos anos 1920 foram adotados o uso de cartilhas e livros de leitura, com a intenção de produzir e desenvolver a prática da leitura.

No ano de 1938 temos a criação de uma Comissão Nacional do Livro Didático

(CNLD), que tinha entre outras funções:

[...] examinar e autorizar o uso dos livros didáticos que deveriam ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de todo país. A CNLD deveria ser integrada por sete membros, designados pelo presidente da República, divididos em especializações: metodologia das línguas, metodologia das ciências e metodologia das técnicas (FILGUEIRAS, 2013, p.166).

Durante muitos anos não houve registros de outras movimentações com relação ao livro didático. Foi na década de 1960 que se estabeleceu que os livros didáticos fossem elaborados somente por professores formados especificamente nas áreas necessárias para a construção do livro.

Nos anos 80 do século passado, surgiram algumas políticas públicas como o Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL) que aconteceu no período de 1984 a 1987. O seu objetivo era distribuir livros de literatura para as escolas públicas que não possuíam biblioteca.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) surgiu no ano de 1985, inicialmente foram consideradas ações para a distribuição de livros didáticos, pedagógicos e literários, bem como materiais de apoio à prática educativa, destinados às escolas públicas. O PNLD foi criado para promover a redemocratização do país. Apesar de bem-intencionado, a compra e a distribuição proposta não atendiam a todos os alunos da educação básica pública e nem todos os segmentos e disciplinas, uma vez que não havia a definição de uma regularização. No ano de 1988 o programa foi alterado e passou a incentivar à criação de bibliotecas nas instituições

Já na década de 1990, mais especificamente no ano de 1992, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) foi uma resolução nacional com o intuito de promover e incentivar a leitura, aliado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

O Programa Pró-leitura na formação do professor foi criado em 1992, por meio do Acordo de Cooperação Educacional Brasil-França com a finalidade de criar uma política pública de leitura.

O Programa Nacional Biblioteca do Professor (PNBP), nos anos de 1992 a 1996, teve por propósito a aquisição de livros com padrão alto, para ajudar docentes da educação básica regular e da educação de jovens e adultos em seus planejamentos.

No ano de 1996 foi elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB) contendo em seu texto que deveria ser garantida a distribuição de material didático como parte do dever do Estado com a educação escolar pública (Art. 4º): “VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (LDB, 1996).

Além disso, os docentes passaram a ter um papel importante na etapa de seleção do livro, uma vez que a partir daqui foi definido que o educador deveria escolher qual livro didático seria utilizado em suas aulas. Essa preocupação com a qualidade dos materiais foi potencializada em 1993, quando a primeira comissão de avaliação dos materiais foi formada.

Segundo o site do MEC, no ano de 1996, iniciou-se a distribuição dos livros didáticos em âmbito nacional, e para que isso ocorresse foram necessárias algumas reformas no Programa Nacional do Livro Didático como:

Nesse ano, o programa se fortaleceu quanto às regularizações, visto que a avaliação dos livros ficou mais rigorosa e criteriosa e a distribuição passou a seguir regras e leis. Em 1997, o PNLD passou a alcançar todos os anos e componentes curriculares do Ensino Fundamental (BRASIL, 2021).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 1997 teve como objetivo disponibilizar livros e materiais didáticos de qualidade de forma gratuita para as instituições de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Junto ao PNLD (Programa Nacional do Livro e Material Didáticos) aconteceram outras políticas públicas. Em 30 de outubro de 2003 foi sancionada a Lei nº 10.753 – Lei do Livro, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Em seu 1º artigo, instituiu-se a Política Pública do livro, conforme a primeira diretriz: “I - Assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro” (BRASIL, 2003).

Porém, a Lei do Livro criou polêmicas, uma delas deu-se por conta do 2º artigo:

Art. 2º Considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódicas, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento (BRASIL, 2003).

Essa polêmica aconteceu pelo fato de qualquer manuscrito ser considerado livro. Por um lado, esse artigo oportunizara escritores – com pouca ascensão no mundo literário – a publicarem o seu trabalho sem um custo grande, porém, também

concedeu a chance de produtos de baixa qualidade serem considerados livros. E ainda, com o texto da lei, editoras perderam dinheiro e criticaram de forma negativa a lei do livro.

Outra polêmica foi o fato da lei isentar, o mercado de livros e papel para a sua impressão, de pagar o PIS e COFINS. Essa questão foi julgada de forma negativa, segundo o site CNN Brasil: “Na época da divulgação, o fim da imunidade tributária foi bastante polêmica e recebeu críticas de vários setores” (CNN Brasil, 2021).

Nesse aspecto, foram as editoras que foram criticadas por não pagarem impostos devidos para a comercialização de obras literárias. A sociedade em geral considerou injusto, enquanto outros setores continuaram a pagar os seus impostos.

Em 2000, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), passaram a ser atendido pelo programa. Porém, foi somente em 2010 que o programa passou a atender essa modalidade de forma completa. Em 2012, também houve mudanças, “em 2012, o PNLD passou a incluir, além de livros impressos, material multimídia em DVD, com jogos, simuladores e infográficos para serem utilizados como recurso didático. (BRASIL, 2021).

E foi no de 2019 que aconteceu outra inovação, livros com formato digital, um recurso com o objetivo que trazer acessibilidade para as escolas públicas e uma maior interação dos alunos.

Ainda o site do MEC traz a seguinte declaração: “Como pode ser observado, o PNLD está em constante aperfeiçoamento. Atualmente, as ações de aquisição e distribuição seguem uma legislação específica” (BRASIL, 2012).

Ou seja, para que o PNLD possa cumprir com os seus objetivos, foi estabelecida uma legislação para ele, dessa forma, essa política pública ganha credibilidade e obrigatoriedade. Sobre a legislação o MEC traz o seguinte texto:

Com o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, os programas relacionados a livro foram unificados. O PNLD passou a significar Programa Nacional do Livro e do Material Didático, uma vez que, além de livros didáticos, o programa passou a distribuir livros literários — função antes atribuída ao Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).

A dimensão do programa também mudou: o programa passou a atender, a partir do PNLD 2019, a Educação Infantil e as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

A escola pode escolher o material didático que quer receber. Dessa mesma forma, esse material pode ser definido por um grupo de escolas ou ainda pelo

município, para que todas as escolas públicas daquele lugar tenham o mesmo material didático.

Porém, cada escola deve fazer a adesão ao material didático e a escolha, tudo acontece de forma digital. O sistema é considerado seguro.

Outra questão é a avaliação dos livros que tem sido realizada de maneira mais profunda a cada ano, uma vez que, a cada edição, aumenta o interesse em garantir a qualidade dos materiais aprovados. A respeito disso o site do MEC, traz o seguinte texto:

Pretende-se, por meio do PNLD, tornar democrático o acesso a fontes confiáveis de informação e cultura. Além disso, a distribuição de material didático de forma gratuita está diretamente ligada ao apoio ao professor por parte do governo, uma vez que os livros trazem atualizações didáticas e incentivam a autonomia dos educadores, gerando o desenvolvimento de práticas pedagógicas. (BRASIL, 2021).

Ainda sobre a questão da avaliação dos livros, a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um dos objetivos do PNLD passou a ser “apoiar a implementação da BNCC”. Esse apoio à Base se forma no diálogo que os livros didáticos e literários precisam ter com o documento, principalmente com suas especificidades,

Levando-se em conta que a própria base pode ser considerada uma política de apoio a educação, como também, indiretamente de apoio à leitura. Portanto, os materiais didáticos devem dialogar com a BNCC, tendo como função uma forma de implementar os conceitos da Base nas instituições.

Percebe-se um cuidado com o livro didático, todo o material é revisado e as atividades são desenvolvidas conforme a BNCC. Segundo Betina Ribeiro, no site [somospar.com.br](http://somospar.com.br), ela explica como o livro didático foi reelaborado conforme o que a BNCC traz, de forma contextualizada, valorizando o conhecimento que o aluno traz para a escola. E ainda enfatiza a importância dessa ferramenta para o ensino público:

O livro didático é de grande valor nesse processo de mudança da educação brasileira proposto pela BNCC. Assim, ele passa a abordar o conteúdo de forma menos enciclopédica, valorizando **mais o trabalho com competências e habilidades**. Quando alinhado à BNCC, o livro didático facilita a sua implementação, já que é o principal instrumento de referência do processo de ensino-aprendizagem (RIBEIRO, 2019)

Dessa forma, percebe-se o livro didático e o livro literário como importantes recursos pedagógicos que fazem a diferença na sala de aula, principalmente porque os recursos da escola pública são escassos, é necessário o acesso a esses materiais.



O livro didático é um material importante para o ensino público, pois diante das diferentes realidades brasileiras, em alguns casos é o único material de apoio disponível para alunos e professores, foi necessário desenvolver formas de distribuição desses materiais, para que cheguem a todos os alunos. Assim, segundo o site do MEC, foi criada uma secretaria responsável pela compra e distribuição dos livros didáticos:

Com relação à compra e à distribuição dos materiais e livros didáticos selecionados pelo Ministério da Educação, no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB), é importante ressaltar que são de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cabendo a este órgão também a logística do provimento e do remanejamento dos materiais didáticos para todas as escolas do país cadastradas no censo escolar (BRASIL, 2020).

Com o passar dos anos, viu-se a necessidade de continuar a criar novas políticas públicas de incentivo ao livro, desse modo, no ano de 2020 formalizou-se o Programa Conta Pra Mim, que é um programa do Governo Federal e que faz parte da Política Nacional de Alfabetização, com o objetivo de promover e orientar a literacia familiar. Esse termo é usado pelo MEC para definir a atividade de leitura feita por familiares para as crianças que não são alfabetizadas, bem como para que os familiares incentivem os seus filhos que são alfabetizados, através do exemplo. O Programa consiste em vídeos que falam sobre a importância da leitura, bem como em técnicas de incentivo à leitura. O site do MEC traz o seguinte sobre o novo programa:

A literacia familiar é aplicada no dia a dia, na convivência entre pais e filhos. As práticas estimulam desde cedo a leitura de forma lúdica e participativa, o que faz as crianças chegarem mais preparadas aos anos iniciais do ensino fundamental, além de fortalecer o vínculo familiar (BRASIL, 2020).

A literacia familiar é um programa destinado a ajudar principalmente as famílias de poder aquisitivo menor. Ainda tem a intenção de apoiar iniciativas locais com custos e materiais, desde que estas iniciativas tenham os mesmos objetivos do Programa. Dessa forma traz o seguinte:

[...] A pasta também poderá apoiar iniciativas locais e regionais de desenvolvimento de literacia familiar, por meio da disponibilização de materiais de orientação, capacitações e outros recursos, materiais e financeiros, que venham a ser necessários (BRASIL, 2020).

O Conta Pra Mim é um programa recente, portanto ainda não existem parâmetros suficientes para avaliá-lo. Porém, o que se percebe é que as políticas públicas de incentivo à leitura são de suma importância, pois estas podem promover o acesso a livros e materiais de leitura, assim poderíamos superar a questão de que

o brasileiro não é um leitor assíduo, mas é necessário a participação dos governos, é o que nos traz Baade e Silva (2016, p.135):

Dessa forma, a partir do que pudemos analisar, a melhoria na qualidade da educação através de práticas de ensino e aprendizado mais significativas reside ainda muito distante da instituição educacional. Entendemos ser de fundamental importância a participação dos governos na educação através de políticas públicas que favoreçam práticas educacionais mais significativas, entre elas o cultivo do hábito de leitura.

São necessárias políticas públicas para que o hábito da leitura seja estabelecido. Isso é possível através da ação do poder público, mas o sujeito também tem poder de ação para que se perceba participante desse processo, o próprio hábito da leitura pode ser o seu aliado. Portanto, deve ser incentivado a perceber a importância de se manter boas leituras, para que a partir delas possa fazer uma interpretação de sua realidade, analisando o que é preciso mudar para ter qualidade de vida.

### **3 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E O INCENTIVO AO HÁBITO DA LEITURA**

A educação é um direito social e está regulamentada e assegurada em nossa Constituição Federal de 1988, artigo 6º, atualmente em vigor, como o primeiro dos direitos sociais: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

A educação é imprescindível para a formação de um indivíduo que seja integrante da sociedade de forma participativa e consciente de seus direitos e deveres. Para que a educação seja de excelência, deve-se refletir sobre a importância do aprendizado, e esse acontece por meio da aquisição do código escrito.

Aprender a ler e escrever requer tempo e dedicação para que sejam desenvolvidas habilidades de interpretação e entendimento, a princípio, na escola são trabalhados textos e história para que mais tarde o indivíduo possa interpretar a sua realidade.

Atualmente, o que se percebe é que a leitura e escrita são utilizadas apenas para a aquisição de informações. E pela rapidez com que essas são repassadas e pelo fato, de algumas vezes, não se saber interpretá-las, o indivíduo acaba por não adquirir os conhecimentos necessários para que se tenha discernimento dos seus direitos e deveres, assim esse indivíduo pode não ter conhecimentos básicos para saber

analisar situações do dia a dia, podendo ter atitudes que não o favoreçam. Portanto, mais do que ter acesso a informação é preciso adquirir conhecimento para que a primeira tenha significado. A respeito disso, Saviani explica como a educação é necessária para o exercício de direitos e deveres, porém existe a valorização da informação em detrimento do conhecimento:

[...] a educação, configura-se como condição necessária, ainda que não suficiente, para o exercício de todos os direitos, sejam eles civis, políticos, sociais, econômicos ou de qualquer outra natureza. [...] isto quer dizer que a sociedade urbano-industrial se baseia em normas escritas. Portanto, a participação ativa nessa sociedade, vale dizer, o exercício dos direitos de todo tipo, pressupõe o acesso aos códigos escritos. [...] importa lembrar que, apesar de sua ampla difusão, a denominação de “sociedade do conhecimento” não é apropriada para caracterizar a época atual. Melhor seria, talvez, falar-se em “sociedade da informação”. Isso porque conhecimento implica a capacidade de compreender as conexões entre os fenômenos, captar o significado das coisas, do mundo em que vivemos (SAVIANI, 2013, p. 03).

Assim o ideal seria que o processo de aquisição da leitura e escrita fosse vinculado ao processo de aquisição de conhecimentos, mas para que isso aconteça é necessário que se adquira a capacidade de estabelecer significado a tudo ao seu redor.

Para isso, deve-se trabalhar por uma educação de excelência, porém na educação pública brasileira existem problemas que devem ser pensados e analisados. Alguns alunos encontram dificuldades para aprender a ler e mesmo quando conseguem decodificar o código continuam a apresentar problemas na aprendizagem, esses fatos podem acontecer devido à falta da prática da leitura por lazer. Uma vez que o indivíduo lê porque gosta é muito mais fácil praticar a leitura, desta forma vai adquirindo conhecimentos de interpretação e análise que são essenciais para o seu desempenho nos estudos. Assim, Baade e Silva (2016, p. 133) apresentam essas questões:

No que se refere ao capital cultural, a falta ou raridade de práticas de leitura não permite o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos decorrentes de leituras produtivas e significativas. Em geral, há grande dificuldade na leitura, principalmente no que se refere à compreensão/interpretação de textos. É comum identificar estudantes nas turmas de graduação com sérias dificuldades para ler e interpretar, o que certamente compromete a compreensão das ideias veiculadas através dos textos das diferentes disciplinas. Esta dificuldade não é uma exceção, mas a regra.

Dessa forma, faz-se necessário que sejam ofertadas oportunidades de aprendizagens significativas, pois o ser humano é dotado de condições de aprender e, muitas vezes, só não o faz porque não foi estimulado para tanto. Porém, muitas

vezes a escola apresenta atividades de alfabetização descontextualizadas, que nada tem a ver com a realidade do aluno. O educando até aprende a decodificar, mas não a interpretar. “[...] ao longo dos anos, existiram práticas baseadas em métodos de codificação e decodificação desvinculados do uso social da língua, ocasionando índices preocupantes de crianças repetentes ou que abandonaram a escola” (SILVA, 2016, p. 17).

A prática da leitura é fundamental para desenvolver o senso crítico, pois ela pode tornar o indivíduo mais sagaz e atento à sua realidade, mas também desenvolve a imaginação e a criatividade – capacidade de inventar, inovar, criar, representar e combinar ideias - que são importantes para um bom escritor, afinal para que aprender a ler se não para escrever, e a imaginação e criatividade são quesitos importantes nesse sentido “[...] a leitura ocupa um papel fundamental nessa formação, pois propicia ao indivíduo a capacidade de desenvolver sua autonomia, ampliar o seu conhecimento e despertar o imaginário” (SILVA, 2016, p. 16).

A imaginação e criatividade devem ser estimuladas através dos textos e histórias disponíveis na literatura brasileira, onde existem inúmeros gêneros textuais que fazem parte do cotidiano do aluno. Trabalhar com os gêneros textuais é contextualizar os conteúdos que são passados na escola. “É necessária a prática de inserir as crianças em situações significativas de interação com os diferentes gêneros textuais que circulam na sociedade para o desenvolvimento de sua formação leitora” (SILVA, 2016, p. 20).

Através dessa contextualização será possível suprir as necessidades com relação à leitura e escrita apresentadas pelos alunos na escola. É necessário que o aluno saiba interpretar as informações recebidas todos os dias, pois é a partir disso que se consegue transformar informações em conhecimentos. Nesse sentido, o professor tem papel fundamental no incentivo à leitura, pois esse pode promover inúmeros conhecimentos por meio dos gêneros textuais, proporcionando ao aluno muitas oportunidades de se apropriar de ensinamentos essenciais para a sua aprendizagem.

Porém, na formação do leitor encontramos muitas dificuldades, que vão além do acesso ao livro. O aluno não se vê como leitor apenas pelas atividades que são propostas na escola e assim não percebe a importância da leitura para a sua formação, não a pratica, não desenvolve a interpretação, e esta é essencial para que o aluno conheça o mundo e a si mesmo.

Sendo assim, a formação de leitores assíduos depende de muitas ações dentro e fora da escola, e esta pode desenvolver não somente projetos que contemplem o seu espaço, mas que também proporcionem o acesso à leitura em outros ambientes, atingindo assim além do aluno a família também.

#### **4 AS TECNOLOGIAS E A NECESSIDADE DO HÁBITO DE LEITURA**

A tecnologia faz parte da vida da maioria das pessoas, se o indivíduo não tiver um celular ou computador fica à margem da sociedade. Os aparelhos são caros, ainda assim, boa parte da população, mesmo sem condições, investe nesses aparelhos. Em contrapartida, ainda existem as pessoas que não têm acesso a aparelhos eletrônicos, dessa forma, refletir sobre as tecnologias é importante, pois ela está presente para a maior parte dos brasileiros, então a escola deve fazer o seu uso da melhor forma possível, não obstante deve estar ciente de que ela ainda não é para todos, é o que aponta Oliveira (2017, p. 90):

É sabido que as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação estão presentes em várias unidades escolares do Brasil, ainda que em determinadas regiões do país, elas são consideradas recursos distantes, escassos e/ ou até quase inatingíveis, enquanto em outras já fazem parte do cotidiano escolar de inúmeros professores e estudantes, alterando, por conseguinte, as relações estabelecidas entre esses sujeitos.

O fato de possuírem aparelhos com acesso à internet não faz com que tenham maior conhecimento, até pode-se considerar que tenham acesso a muitas informações, porém são em grande quantidade e rápidas, o indivíduo muitas vezes não consegue processá-las, sem contar que em alguns casos, as informações não são confiáveis. “Nos dias atuais, o ser humano vive em uma sociedade da informação exposto, diariamente, a uma gama infinita de novas notícias, descobertas, publicações” (HUBNER, 2014, p. 17).

As pessoas repassam as informações entre si, pois utilizam as redes sociais, por meio da internet, compartilhando notícias, fazendo uso da comunicação. Com relação a isso, Damil (2018, p. 13), enfatiza:

Efetivamente, a informação tornou-se num dos bens mais valiosos da nossa sociedade, estando a tecnologia diretamente aliada com a sua obtenção e difusão, obrigando as pessoas a adquirirem cada vez mais competências na forma como interagem com ela

Portanto, a tecnologia, é uma ferramenta que oportuniza a comunicação, tanto oral – através da fala e da leitura - quanto escrita. A leitura e a escrita são formas de

comunicação essenciais para a socialização do ser humano, nos dias atuais extremamente usadas na internet, contudo se percebe que é importante serem trabalhadas. Grande parte da população apresenta dificuldades ao lidar com informações nas redes sociais, na leitura, com relação a interpretação, ao escrever, além de apresentar erros ortográficos, também não consegue expressar exatamente o que gostaria, sendo mal interpretado.

Para que o indivíduo tenha discernimento entre informações verdadeiras ou falsas, ou em entender o que as informações querem passar e ainda conseguir repassá-las de forma correta, é importante que exista o contato com livros e outros materiais de leitura, para que possa desenvolver a interpretação. Dessa forma, é possível a aquisição de conhecimentos necessários, ligações e interligações com outros conhecimentos, e a percepção das informações que podem servir para manipulação da opinião popular. Para DAMIL, essa questão se dá pelo fato de a informação apresentar modificações, “no entanto também a própria informação se transformou, encontra-se agora mais do que nunca, permissiva a variações e modificações” (DAMIL, 2018, p.13).

É necessário o acesso a materiais de leitura para que o indivíduo consiga interpretar as informações que chegam até ele, entretanto a maior parte da população tem acesso a materiais de leitura apenas no ambiente escolar, o que é pouco e acaba por não adquirir os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de noção crítica da realidade, e esses conhecimentos só são possíveis por meio de uma educação de qualidade que inclua o incentivo do hábito da leitura.

Sem dúvida a tecnologia é imprescindível nos dias atuais, ela abre um enorme número de possibilidades para o indivíduo, porém sem o conhecimento necessário, essas possibilidades não serão percebidas e a tecnologia será usada apenas para o lazer. Outra questão a ser ressaltada quanto à tecnologia são os E-books, que são livros digitais que possibilitam o acesso ao livro de forma mais rápida e com menor custo do que o livro impresso, uma opção interessante. Damil (2017, p. 17) traz outras opções quanto ao fato de a tecnologia incentivar o hábito da leitura:

As oportunidades dadas pelo aproveitamento de dispositivos tecnológicos no ensino são imensas, inclusive sabendo que muitas crianças já dispõem e utilizam estes dispositivos em casa, no seu dia-a-dia. Tornando-se mais fácil direcionar este hábito para o ensino, nomeadamente da literatura, ao implementarmos diversas atividades pedagógicas em Tablets, computadores ou mesmo smartphones.

Nesse sentido a escola tem papel fundamental para incentivar os alunos a utilizarem a tecnologia de forma a favorecer o seu crescimento pessoal e intelectual, mostrando que ela pode até favorecer alguma profissão, ou ainda pode ser a base de algumas profissões atuais, muitas pessoas estão trabalhando em casa através da internet. Mas são necessárias reflexões sobre todas essas questões e a escola pode ser a responsável por proporcionar isso ao aluno, procurando mostrar os prós e contras, para que o aluno adquira uma compreensão sobre o assunto. “Com o desenvolvimento científico e tecnológico, característica marcante da sociedade contemporânea, nota-se que a leitura é um elemento indispensável para a inserção social do indivíduo [...]” (SILVA, 2015, p. 11).

Por conseguinte, a escola deve proporcionar reflexões sobre essas questões, de como a tecnologia pode e deve auxiliar na aquisição de conhecimentos, não sendo apenas um veículo de comunicação, e esta acaba por se resumir em repassar informações que não se sabe se são verdadeiras. E o hábito da leitura, se faz necessário para perceber a tecnologia não só como uma ferramenta de promoção, mas também para saber utilizá-la em prol da educação. A importância das tecnologias digitais na educação se mostrou especialmente importante no contexto da pandemia da COVID-19, conforme evidenciou estudo de Baade et al. (2020), segundo qual a questão foi entrave ou então elemento facilitador para desenvolvimento das aulas em formatos não presenciais durante vigência dos decretos de distanciamento social.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constata-se que a escola tem papel fundamental no fomento ao hábito de leitura. O uma sociedade que pretende se desenvolver em termos de conhecimento, precisa necessariamente fomentar o hábito de leitura em seus cidadãos.

As políticas públicas têm importância vital, pois fornecem as diretrizes fundamentais do trabalho escolar. Nesse sentido, não há como falar em uma sociedade leitora e o incremento do nível de conhecimento sem que haja antes o fomento da leitura na formação dos novos cidadãos. A inserção de uma sociedade na chamada economia do conhecimento, portanto, relaciona-se com o desenvolvimento de políticas públicas de fomento à leitura.

Também não é possível referir uma educação de qualidade que não fomento a leitura das crianças e adolescentes. A questão da qualidade na educação se

relacionada com o desenvolvimento da autonomia pelo estudante. Desse modo, a capacidade de leitura proficiente é condição para o desenvolvimento da autonomia e a construção de novos conhecimentos. A capacidade de protagonismo cidadão, que decorre da referida educação de qualidade, é dependente do fomento do hábito de leitura.

Além disso, entende-se que as tecnologias digitais podem ser grandes aliadas para o fomento da leitura, mas o seu uso requer planejamento e utilização proficiente por parte dos professores. O uso de tecnologias pelas crianças é uma realidade e a sua aplicação nos contextos educacionais sofreu incremento exponencial em virtude da pandemia da Covid-19. Nesses termos, discutir o fomento do hábito de leitura sem considerar o papel das tecnologias digitais nesse contexto se torna bastante parcial.

Enfim, entende-se que o fomento do hábito de leitura é ação de grande importância no contexto da educação. Mas precisa-se considerar também que este é um tema complexo e precisa de sistemática abordagem e análise, pois o fomento de hábito requer cuidado e avaliação criteriosa. Induzir determinados comportamentos possui uma dimensão ética muito séria que não pode ser ignorada, na medida que predispõe os sujeitos a determinados comportamentos de modo duradouro.

## REFERÊNCIAS

ALKMIM, Ivonilde Pereira Mota; BARRETO, Denise Aparecida Brito; DE OLIVEIRA SOARES, Cláudia Vivien Carvalho. Digital technologies and pedagogical practices in the information technology for internet technical course integrated to high school: usages and discourses. **Revista Tempos E Espaços Em Educação**, v. 11, n. 27, p. 167-186, 2018.

BAADE, Joel Haroldo; DA SILVA, Ezequiel Theodoro. “Professor, não tenho tempo para ler!” – a prática docente diante do hábito de não-leitura. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 34, n. 67, p. 125-136, 2016.

BAADE, Joel Haroldo et al. PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19. **HOLOS**, [S.l.], v. 5, p. 1-16, ago. 2020. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10910>>. Acesso em: 11 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2020.10910>.

BAADE, Joel Haroldo et al. **PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19. HOLOS**, v. 5, p. 1-16, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011,

BASTOS, Maria Clotilde Pires: **Metodologia científica**. Ed. Educadora: Londrina,



2016.

BERNA, Vilmar. **Como fazer Educação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001.

CANIVEZ, Patrice, **Educar o cidadão?** Sorocaba, SP. Ed. Papyrus, 1998.

Dados atuais do meio ambiente no Brasi, Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=dados+atuais+do+meio+ambiente+no+Brasil&rlz=1C1PRFI\\_enBR928BR928&oq=dados+&aqs=chrome.0.69i59j69i57.1946j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=dados+atuais+do+meio+ambiente+no+Brasil&rlz=1C1PRFI_enBR928BR928&oq=dados+&aqs=chrome.0.69i59j69i57.1946j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8) Acesso em: 09/03/2021.

DAMIL, Fábio Pontes. **A importância da tecnologia na criação de hábitos de leitura**. 2018. Tese de Doutorado.

Dicio, dicionário on line, Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=o+que+%C3%A9+h%C3%A1bito%3F>: acesso em 24/04/2021.

DOIDGE, Norman: **O cérebro de transforma, como a neurociência pode curar as pessoas**, 12ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2019.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. **Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação**. *ConTexto*, v. 3, n. 4, 2003.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos de 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 13, n. 1 [31], p. 159-192, jan./abr. 2013.

FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. **"O que é sustentabilidade?"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/quimica/o-que-e-sustentabilidade.htm>. Acesso em 25 de maio de 2021.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**, 2ª Ed. Rio de Janeiro, 2012.

HÜBNER, Marcos Leandro Freitas; LUCHESE, Terciane Ângela. Processo histórico da Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul: a constituição de um espaço para aprender. **Pesquisa em educação: olhares históricos e filosóficos, reflexões sobre tecnologias e inclusão**, p. 31.

LEFF, Enrique. **Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes. 2005.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. 4º Ed. São Paulo: Editora Vozes. 1998.

MANES, Facundo: **Usar o cérebro: Aprenda a utilizar a máquina mais complexa**

do universo, 1ª ed., São Paulo, 2015.

MEDEIROS, L. F. R. de, MACEDO, K. B. **Catador de Material Reciclável: entre o viver e o sobreviver.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2007.

MILANESI, Luis, **Usos da cultura: políticas de ação cultural**, vol. 16 de Coleção Educação e comunicação Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1986.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca.** Ed. Brasiliense. 5ª edição, São Paulo, 2002.

MOREIRA, Márcia Greid Brito et al. **A formação de leitores e a perspectiva de políticas públicas para a leitura em Manaus.** 2013.

NICOLESCU, Basarab: O manifesto da transdisciplinaridade, São Paulo: TRIOM, 1999.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da Educação de Pierre Bourdieu**, 3ª edição, Belo Horizonte, Ed. 2002.

OLIVEIRA, Rômulo José. **Da lousa ao pixel: o ensino com as novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) em escola municipal de Ribeirão Preto.** 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=1> Acesso em: 22 maio 2021.

O que compõe o preço médio do livro no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/09/11/brasil-perde-46-milhoes-de-leitores-em-quatro-anos-com-queda-puxada-por-mais-ricos.ghtml> Acesso em: 10 mar. 2021.

Pensamento verde, Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/impacto-das-sacolas-plasticas-nomeiambiente/#:~:text=Eles%20s%C3%A3o%20os%20principais%20causadores,p rejudicial%20%C3%A0%20vida%20dos%20animais>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PEREIRA, Adriana Soares (et al): **Metodologia da pesquisa científica.** 1ª ed., Santa Maria, RS, UFSM, NTE, 2018.

PEREIRA, Fábio de Oliveira. **Biblioteca itinerante: quando o cidadão não vai à biblioteca, a biblioteca vai até o cidadão.** 2010.

Pesquisa analisa as interações pela internet durante o isolamento social, Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/pesquisa-analisa-as-interacoes-pela-internet-durante-o-isolamento-social/> acesso em 01 jun. 2021.

Pesquisa revela aumento da ansiedade entre brasileiros na pandemia, Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-10/pesquisa-revela-aumento-da-ansiedade-entre-brasileiros-na-pandemia> Acesso em: 10 mar. 2021.

PINHO, M. J. ; PASSOS, V. M. A. **Complexidade, Ecoformação e**

**Transdisciplinaridade: por uma formação docente sem fronteiras teóricas.**

Revista Observatório, Palmas, v. 4, n. 2, p. 433-457, abr-jun. 2018

PNLD, 2021, disponível em: <https://www.edocente.com.br/blog/pnld/pnld-programa-nacional-do-livro-e-material-didatico/>. Acesso em 29 maio 2021.

RIBEIRO, Betina, Como o livro didático ajuda na implementação da BNCC, Disponível em: <https://www.somospar.com.br/livro-didatico-ajuda-na-implementacao-bncc/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso.** 2 São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

RODRIGUES, Auro de Jesus: **Metodologia científica.** Aracaju, UNIT, 2014.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 2ª editora. São Paulo: Editora Nobel, 1993.

SANTOS, Pedro Antonio dos; KIENEN, Nádía. **Metodologia da pesquisa social: da proposição de um problema à redação e apresentação do relatório:** Atlas, 2015.

SAVIANI, Dermeval et al. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, 2013.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002.

SILVA, Olívia Coelho da. **Formação do leitor: desafio à prática docente e à avaliação da aprendizagem.** 2016.

TIEPPO, Carla. **Uma viagem pelo cérebro: a via rápida para entender neurociência.** São Paulo, 2019.

VOGEL, Poliana. **Autocuidado: Dicas para uma saúde física e mental,** 2020 (e-book).

VIEIRA, José Guilherme Silva: **Metodologia da Pesquisa científica na prática,** Curitiba, Ed. Fael, 2010.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.